



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO n. 23/2019
Objeto: <i>Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs)</i>
Recorrente: <i>Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli</i>

1. RELATÓRIO

Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli, CNPJ n. 01.723.789/0001-71, inconformada com a declaração da empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, CNPJ 05.670.079/0001-81, como vencedora do Lote 4 do Pregão Eletrônico 23/2019, manifestou interesse em recorrer, nos seguintes termos:

“Manifestamos a intenção de recorrer em função do resultado promulgado, onde questionamos a classificação da empresa que teve proposta vencedora, uma vez que a licitante na composição de seu preço se vale de piso salarial de CCT indevida para o objeto”.

Apresentou razões recursais, conforme doc. 35898-2019-229.

Contrarrazões apresentadas pela empresa *Santa Fé Serviços Eireli* (doc. 35898-2019-230).

A Recorrente apresentou tréplica, de acordo com o doc. 35898-2019-231.

Não obstante se tratar de documento que foge completamente ao rito legal previsto para os recursos em procedimentos licitatórios, a pregoeira, considerando o princípio da autotutela da Administração e também o direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, a), da Constituição Federal, entendeu por bem analisar a argumentação apresentada pela Recorrente e considerá-la em sua decisão.

Atenta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a pregoeira concedeu prazo para manifestação da Recorrida acerca da tréplica (doc. 35898-2019-232).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

Conheço da manifestação da intenção de recorrer, por tempestiva, com base no art. 26 do Decreto n. 5.450/2019, bem como no item 20.3 do Edital, vez que interposta eletronicamente no dia 14/08/2020 às 14:15hs. A declaração do vencedor se deu às 14:09hs do dia 14/08/2020.

Quanto ao recurso, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais foram apresentadas no prazo legal, em 20/08/2020, em observância ao item 20.3.1 do edital, com supedâneo no art. 26 do Decreto n. 5.450/2019.

As contrarrazões também foram apresentadas tempestivamente, em 24/08/2020.

2.2. Legitimidade e Interesse de agir

Também neste ponto, conheço do recurso, já que a recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

3. MÉRITO

A Recorrente, inconformada com a classificação da proposta apresentada por *Santa Fé Serviços Eireli*, a qual tem por base a CCT SINSERHT/SINTAPPI, alega, em suas razões de recurso, que *“a licitante vencedora na composição de seu valor utilizou de piso salarial de categoria que não corresponde à sua atividade principal, não corresponde a seu objeto social e não corresponde ao objeto da licitação em tela”*.

Aduz, ainda, que *“no caso em tela o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora, além de também categoria totalmente estranha ao objeto do contrato administrativo a ser celebrado ao final do certame”*.

Acrescenta que *“a proposta da licitante vencedora não está de acordo com as condições previstas neste edital (cotação do objeto do edital - 5.3; utilização de sindicato correspondente à categoria dos funcionários que*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

executarão o objeto do contrato - 6.9.1) de forma que deve ser desclassificada a sua proposta, por força do subitem 9.4.1.”, haja vista que “o edital requer a cotação de serviço de prestação de serviços, continuados (12 meses), de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional e o licitante apresentou valor que considera o piso salarial de trabalhadores temporários”.

Por fim, argumenta que Santa Fé Serviços Eireli foi filiada ao SEAC/MG - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais até o dia 22/07/2020, tendo alterado sua filiação sindical no curso do processo licitatório, violando, assim, o item 5.1.4 do edital, que dispõe que *“as propostas dos licitantes deverão ser apresentadas tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho”.*

Sem razão a Recorrente em sua argumentação, senão vejamos.

A fim de comprovar sua habilitação jurídica, a vencedora *Santa Fé Serviços Eireli* apresentou sua 12ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG em 15/05/2020, onde fica demonstrada a alteração do seu objeto social para ***“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial”*** - grifamos.

Consta no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa - CNPJ que sua atividade econômica principal é **Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, CNAE 78.30-2-00**, compatível com o que consta da última alteração de seu ato constitutivo. Na GFIP enviada pela licitante com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, também fica demonstrado que a atividade preponderante da empresa é a acima descrita (CNAE 7830200).

O parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT SINSEHT/SINTAPPI, utilizada pela empresa vencedora na formação de seus preços, dispõe que *“Esta convenção coletiva de trabalho se aplica as empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros”.*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

O mesmo instrumento coletivo menciona, na Cláusula Vigésima Sexta, que, *"nos termos da legislação sindical, o SINSEHT-MG é o órgão de representação da categoria econômica das empresas de prestação de serviços em recursos humanos, trabalho temporário e terceirizado, ou seja, todas as empresas que executam em todo o estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE's, 781 / 782 e 783"* - grifamos.

Portanto, não procede a alegação da Recorrente, de que *"no caso em tela o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora"*.

Frise-se que, a alteração contratual da empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, que modificou seu objeto social e sua atividade econômica preponderante, se deu antes da data de abertura da licitação, ocorrida em 09/06/2020, e antes da apresentação da proposta pela licitante.

Assim, não há que se falar em burla às normas constantes do edital de licitação, ainda que se tenha usado como base para a formulação da proposta, conforme estabelecido pelo item 5.1.4, instrumento coletivo de trabalho referente ao exercício financeiro de 2019. Isto porque, a alteração do enquadramento sindical da empresa a autoriza a se utilizar da CCT SINSEHT, combatida pela Recorrente, independentemente do exercício financeiro em que o acordo coletivo tenha sido firmado.

Já quanto ao argumento de que a proposta ofertada pela vencedora se utilizou de CCT de *"categoria totalmente estranha ao objeto do contrato administrativo a ser celebrado ao final do certame"*, necessário se faz ressaltar que, em regra, o enquadramento sindical deve se pautar pela atividade preponderante da empresa, conforme arts. 570 e 581, §2º da CLT, e não em função das atividades desenvolvidas pelos empregados, como quer a Recorrente.

Neste sentido, vale citar o Acórdão TCU 1097/2019 - Plenário:

"No caso concreto, a questão reside, então, em identificar qual CCT deveria ser utilizada na formação dos preços pelos proponentes: se aquela pactuada por entidade sindical representativa do segmento do negócio vinculado à atividade econômica preponderante do licitante; ou aquela efetuada por sindicato que melhor representa a categoria profissional objeto da contratação. Das manifestações constantes dos autos, identificam-se correntes interpretativas distintas.

Uma no sentido de que o sistema sindical vigente prevê o enquadramento sindical com base na atividade econômica



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

preponderante do empregador, no caso aquela que ocupa maior espaço em seu empreendimento e não pela função do empregado, conforme os artigos 570, 577 e 581, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, argumento defendido pela representante.

A outra, defendida pelo pregoeiro, é no sentido de que, nas empresas prestadoras de serviços com locação de mão de obra, não há uma definição clara da atividade preponderante, pois, por vezes, a empresa fornece mão de obra nos mais variados setores da atividade produtiva, como, por exemplo, apoio administrativo, limpeza, brigadista, entre outros. Nesse sentido, aplicar-se-ia em cada contratação a convenção coletiva dirigida especificamente a esses empregados.

Embora a matéria possa ser objeto de alguma controvérsia ou até mesmo de certa confusão por parte de compradores públicos, o enquadramento sindical no Brasil é matéria de ordem pública e decorre de previsão legal, sendo definido, via de regra, pela atividade econômica preponderante do empregador e não em função da atividade desenvolvida pelo empregado, nos termos dos normativos acima citados e do § 2º do art. 511 da CLT, que reproduzo:

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

[...]

§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. (destaquei)

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho vai na linha de que o enquadramento sindical do trabalhador é definido pela atividade econômica preponderante do empregador. Veja-se, para ilustrar, a ementa a seguir do julgado no AIRR - 11390-49.2016.5.15.0038, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 3/4/2019, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/04/2019 (destaquei):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST - ENQUADRAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

*SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. Nos termos do art. 511, § 1º, da CLT, **o enquadramento sindical do empregado, no Direito do Trabalho brasileiro, é realizado em função da atividade econômica preponderante do empregador, tendo em vista a base territorial da prestação dos serviços. No caso, o Tribunal de origem verificou que a reclamada não é entidade beneficente ou filantrópica, sendo inaplicáveis as normas coletivas indicadas pela autora. Agravo de instrumento desprovido.***

Depreende-se então que um empregador não pode ser obrigado a observar uma norma coletiva do trabalho de cuja formação não tenha participado, seja diretamente (acordo coletivo) ou por sua entidade de classe (convenção coletiva).

Ainda que se empreguem trabalhadores integrantes de categorias profissionais diferenciadas na execução dos serviços, cujo conceito é dado pelo § 3º do art. 511 da CLT, a norma coletiva a ser aplicada e observada pelo empregador é aquela pactuada pelo órgão de classe que o representa. Esse é o teor da Súmula 374 do TST que enuncia que “o empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria”.

***Assim, como já dito acima, o enquadramento sindical de uma empresa, mesmo para aquelas que prestam serviços diversos mediante cessão da mão de obra, é definido por sua atividade econômica preponderante e não para cada uma das categorias profissionais empregadas na prestação de serviços”.** (grifamos)*

Há que se ressaltar, ainda, que a Administração deste Regional já se manifestou sobre o assunto em tela, no âmbito do e-PAD 18.144/2020, que cuida da Notificação Extrajudicial apresentada pelo SEAC/MG, publicada para conhecimento dos interessados no site institucional do TRT3, juntamente da documentação relativa a este PE 23/2019.

Segue trecho do parecer exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos deste Regional, acolhido pela Diretora-Geral :

“No caso em apreço, de forma escorreita, este Regional, para obtenção do valor de referência da licitação, valeu-se de determinadas Convenções Coletivas de Trabalho, sendo certo, todavia, que tais CCT's não são de utilização obrigatória pelas licitantes, vez que não cabe à Administração determinar a utilização de Convenção Coletiva de Trabalho de sindicato que porventura a empresa licitante não seja



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

vinculada, porquanto a denominação de sua atividade econômica pode ser diversa da estabelecida na CCT indicada pela Administração.

Por certo, tal como expresso no acórdão supracitado, quem define a CCT aplicável à determinada atividade é a própria Lei. Conforme indicado no art. 511 e nos artigos 570 e seguintes da CLT a associação profissional é indicada pela respectiva atividade econômica da empresa ao qual trabalha, a qual é inerente à atividade preponderante desta nos casos em que a atividade econômica for mista. Vê-se, assim, que não é uma escolha de livre vontade da empresa a filiação a certo sindicato. E dizer: a filiação a determinado sindicato não configura mero alvedrio das empresas.

E, uma vez configurando-se novo enquadramento sindical, a ela segue-se o de seus empregados com todos os efeitos decorrentes, porquanto a regra, repise-se, é a de que este é definido segundo a atividade preponderante da empresa, salvo quando se tratar de categoria profissional diferenciada.

Em assim sendo, e tendo havido a alteração do Contrato Social da Empresa, lícito será o seu reenquadramento sindical”.

A Secretaria de Apoio Administrativo, unidade demandante, instada a se manifestar acerca do presente recurso (doc. 35898-2019-232), reportou-se ao entendimento esposado pela Administração, acima citado.

Vale reiterar, ainda, a menção ao parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT SINSEHT/SINTAPPI, segundo a qual *“Esta convenção coletiva de trabalho se aplica as empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros”.*

Assim, não resta dúvida de que o instrumento coletivo combatido pela Recorrente, aplica-se tanto à empresa declarada vencedora, cuja atividade preponderante é o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, quanto aos trabalhadores por ela contratados para prestar estes serviços.

Na tréplica apresentada pela Recorrente, a mesma repisa os argumentos apresentados em suas razões, e sugere à pregoeira que realize diligência junto à Recorrida, exigindo a apresentação de seu CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, a fim de confirmar que se trata de empresa que terceiriza funcionários exclusivamente para asseio e conservação. Sugere, também, a realização de diligência no sentido de se



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

apurar se a Recorrida alguma vez já contribuiu para o sindicato ao qual agora se filia.

Desnecessária, s.m.j., a realização das diligências sugeridas.

A Recorrente se apegua à alegação de que, pelo fato de a Recorrida empregar somente profissionais que atuam nos serviços de asseio e conservação, não poderia se utilizar da CCT SINSEHT/SINTAPPI, posto que tal instrumento coletivo somente seria aplicável às empresas que empregam *“assessores, pesquisadores, peritos, técnicos de T.I., bibliotecários, cientistas da informação, agentes autônomos, profissionais do ramo de recursos humanos (psicólogos, agentes sociais) e trabalhadores temporários”*. Alega, ainda, que a Recorrida se utiliza de *“jogo de palavras”*, no intuito de tentar confundir *“prestação de serviços em recursos humanos, que é categoria representada pelo SINSEHT, com o fornecimento de recursos humanos, ou fornecimento de mão de obra”*

De fato, a Cláusula Segunda da CCT SINSEHT/SINTAPPI, que trata de sua abrangência, nos diz que *“A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em empresas de assessorias, perícias, informações, pesquisas das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário”*.

Não obstante, há no documento outras cláusulas, como as já mencionadas na presente decisão, que nos levam a concluir que a CCT SINSEHT/SINTAPPI se aplica também a empresas de prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada em geral, ou seja, *“todas as empresas que executam em todo o Estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE’s 781/782 e 783”* - Cláusula Vigésima Sexta.

É o caso da Recorrida, *Santa Fé Serviços Eireli*, enquadrada no CNAE **78.30-2-00**, conforme demonstrado por meio de seu CNPJ. Tal classificação diz respeito à atividade econômica de **“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”**, em outras palavras, **fornecimento de recursos humanos (mão de obra) para terceiros e gestão de recursos humanos para terceiros**, independentemente das atividades prestadas pelos trabalhadores contratados, seja no ramo de asseio e conservação, ou qualquer outro ramo de atividade, e não somente no setor de *“prestação de serviços em recursos humanos”*, como quer a Recorrente.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

O SINTAPPI é o Sindicato dos Trabalhadores em empresas de assessoramento, pesquisas, perícias, informações e congêneres de Minas Gerais.

No site do Sindicato (Serviços / Composição da Base - <https://sintapping.org.br/index.php/2014-12-03-16-52-41/composicao-da-base>) estão descritos quais os trabalhadores representados pela entidade, conforme o que se segue:

“O SINTAPPI-MG representa os trabalhadores em empresas que exercem as seguintes atividades no Estado de Minas Gerais:

Assessoramento, Pesquisas, Perícias e Informações;

Empresas públicas, Fundações e Autarquias, cuja atividade seja de Pesquisas, Perícias e informações;

Administração direta estadual nas áreas de planejamento, administração, desenvolvimento científico e tecnológico;

Pesquisa e desenvolvimento de ciências físicas, naturais, sociais e humanas;

*Pesquisas de mercado e opinião pública;
Trabalhadores autônomos nas áreas das pesquisas e perícias;*

Serviços contábeis e auditoria;

Recursos Humanos, seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra, trabalho temporário, prestação de serviços a terceiros;

Agências de desenvolvimento;

Atividades jurídicas;

Assessoria em gestão empresarial;

Organizações empresariais e patronais, organizações políticas, organizações profissionais, atividades associativas;

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais;

Arrendamento mercantil;

Concessão de crédito;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Intermediação financeira e atividades auxiliares, intermediação de transações de títulos e valores mobiliários;

Gestão de ativos intangíveis não financeiros, gestão de participações societárias (holdings);

Sociedades de capitalização, crédito, financiamento e investimento; Ensaaios de materiais e de produtos e análise de qualidade;

Teste e controle (exceto equipamentos de controle de processos industriais);

Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida;

Armazenamento e depósito de cargas;

Envasamento e empacotamento;

Banco de dados;

Desenvolvimento de softwares sob encomenda, consultoria em software, edição de softwares prontos para uso e atividades de informática não classificadas;

*Consultoria em hardware;
Atividades funerárias e conexas;*

Agentes autônomos do comércio'. (grifamos)

Verifica-se da listagem acima que, dentro de uma vasta gama de profissionais representados pela entidade, temos aqueles que exercem as seguintes atividades: ***Recursos Humanos, seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra, trabalho temporário, prestação de serviços a terceiros;***

Assim, tem-se que o SINTAPPI representa trabalhadores cuja atividade é a prestação de serviços a terceiros.

As atividades de assessoramento, pesquisas, perícias, informações, etc., constam na listagem acima de forma isolada/separada. Assim, depreende-se que, além dessas atividades já citadas, o Sindicato representa também aqueles trabalhadores em ***“Recursos Humanos, seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra, trabalho temporário, prestação de serviços a terceiros”;***



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Tal item não especifica qual ramo de prestação de serviços a terceiros, ou seja, se é limpeza, conservação, ou pesquisa e recursos humanos, p. ex.. Deste modo, pode-se dizer que a representação pelo SINTAPPI abrange qualquer trabalhador que preste serviços a terceiros, independente da área de atuação.

No que se refere ao SINERHT - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais, na página inicial do site da entidade (<http://www.sinerht.com.br/>), nos deparamos com a seguinte mensagem:

“SEJA BEM VINDO(A)

O SINERHT - MG é a Entidade Sindical que *representa as Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho TEMPORÁRIO* de Minas Gerais. Nossas Associadas e Filiadas geram empregos, capacitam pessoas e oferecem serviços com Qualidade, Ética e Inovação para Organizações em todo o Estado”. - grifamos

Desta maneira, fica patente que a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, cuja atividade principal é o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, ou seja, prestação de “*serviços terceirizáveis*”, tem como entidade representante o SINERHT/MG, independente das atividades que serão exercidas pelos trabalhadores (limpeza e conservação ou prestação de serviços em recursos humanos, p. ex.), pois, conforme já exposto, em regra, o enquadramento sindical deve se pautar pela atividade preponderante da empresa, e não em função das atividades desenvolvidas pelos empregados.

Quanto aos empregados, para além do que já foi exposto nesta peça, tem-se que, como regra, deverão se enquadrar com base na atividade-fim exercida pelos seus empregadores e, não necessariamente, em uma categoria referente à atividade exercida por eles no local de trabalho.

Por fim, em relação às contribuições porventura efetuadas ao SINERHT pela Recorrida, faz sentido que a empresa somente tenha passado a fazer tais contribuições recentemente, haja vista que, até o mês de maio do corrente, *Santa Fé Serviços Eireli* tinha atividade preponderante diversa da atual e, portanto, era vinculada a outro sindicato.

Ademais, a jurisprudência deste Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é no sentido de que a aplicação de Convenção Coletiva não exige filiação a sindicato, senão vejamos:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

EMENTA: INSTRUMENTO NORMATIVO APLICÁVEL. DESNECESSIDADE DE SER A EMPREGADORA FORMALMENTE FILIADA AO ENTE SINDICAL PATRONAL CONVENIENTE, DESDE QUE, PELO OBJETO SOCIAL, HAJA CORRESPONDÊNCIA COM A REPRESENTAÇÃO SINDICAL. Preconiza o art. 611 da CLT: “Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”. Dessa definição legal de Convenção Coletiva de Trabalho se depreende a constatação relevante de que elas ostentam caráter normativo, cogente. Tal equivale a dizer que são normas, do ponto de vista material e, desta forma são de incidência compulsória aos destinatários que, consoante expressamente aduzido, são os integrantes das categorias profissional e econômica. Note-se que a abrangência da aplicação das normas convencionais não guarda relação alguma com a filiação ou não, seja do empregado seja do empregador, aos sindicatos convenientes. Basta, portanto, que a empresa e o empregado sejam, concomitantemente, integrantes das respectivas categorias econômica e profissional, para que sobre eles paire a obrigação de observância às normas coletivas pactuadas. (Acórdão TRT-00157-2010-012-03-00-9-RO)

“EMENTA: CUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO COLETIVA. EMPRESA NÃO FILIADA AO SINDICATO SIGNATÁRIO. Mesmo não sendo filiada ao sindicato subscritor de CCT, a empresa deverá cumprir as disposições normativas, nos termos dos artigos 511, 570 e seguintes da CLT, uma vez que o enquadramento sindical independe da vontade das partes. Tanto é assim, que subsiste o dever de recolhimento das contribuições sindicais devidas”. (Acórdão TRT-00320-2013-137-03-00-0-RO)

Por todo o exposto, não merecem prosperar as alegações da Recorrente.

Cumpra acrescentar que a Recorrida, em sua manifestação acerca da tréplica apresentada pela Recorrente, requer o desentranhamento desta peça dos autos, por se tratar de documento “impróprio, intempestivo e antijurídico”.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Entretanto, conforme já esposado no Relatório desta decisão, apesar de se cuidar de documento que foge ao padrão, em razão do princípio da autotutela da Administração e também do instituto do direito de petição, constitucionalmente previsto, a pregoeira entendeu por bem analisá-lo e considerá-lo em sua decisão, devendo o mesmo, portanto, ser mantido nos autos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA

Foi declarada vencedora do Lote 4 do PE 23/2019, a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, CNPJ 05.670.079/0001-81, conforme abaixo:

Lote 4			
Valor de Referência	Valor Arrematado	Valor Final	Percentual Obtido
R\$ 12.489.733,09	R\$ 10.287.999,98	R\$ 10.287.891,72	0 % (A diferença obtida decorre de ajuste da proposta).

Considerando-se que o valor ofertado para o lote é inferior ao estimado por este Regional, tem-se que a proposta está conforme quanto ao preço. A empresa está devidamente habilitada.

As áreas técnicas emitiram pareceres favoráveis à conformidade da proposta e da qualificação técnica e econômica/financeira da empresa (docs. 35898-2019-173/174/180).

O relatório da disputa, bem como a Ata da sessão encontram-se anexos ao e-PAD (doc. 35898-2019-228).

5. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** a Pregoeira **CONHECER** do Recurso interposto por *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e, no mérito, propor, s.m.j, que seja julgado improcedente, e mantida a decisão que declarou vencedora do lote 4 a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, submetendo este expediente à apreciação superior para decisão.

Ao final, requer-se a adjudicação do objeto da licitação e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art.27 do Decreto 5.450/05, e que, após, sejam devolvidos os autos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

à SELC para publicação da homologação no sítio licitações-e e no Diário Oficial da União, e demais providências que forem cabíveis.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2020

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira